

FORÇA-TAREFA DOS GOVERNADORES PARA O CLIMA E AS FLORESTAS

PLANO DE AÇÃO CONJUNTA (2009-2010)
Agosto de 2009



Força-Tarefa Dos Governadores Para O Clima E As Florestas



ACEH PROVINCE, INDONESIA



PAPUA PROVINCE, INDONESIA



STATE OF ACRE, BRAZIL



STATE OF AMAPÁ, BRAZIL



STATE OF AMAZONAS, BRAZIL



STATE OF CALIFORNIA, U.S.



STATE OF ILLINOIS, U.S.



STATE OF MATO GROSSO, BRAZIL



STATE OF PARÁ, BRAZIL



STATE OF WISCONSIN, U.S.

GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION

the David &
Lucile Packard
FOUNDATION

Agradecimentos

O apoio para as atividades de 2009 da Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas foi generosamente prestado pela Fundação Gordon e Betty Moore e Fundação David e Lucile Packard.

Este relatório também está disponível online no site: www.climatechange.ca.gov/forestry_task_force/

Resumo Executivo

No dia 18 de novembro de 2008, os estados americanos da Califórnia, Illinois e Wisconsin, os estados brasileiros do Amapá, Amazonas, Mato Grosso e Pará, e as províncias indonésias de Aceh e Papua assinaram Memorandos de Entendimento (MOU) [Memoranda of Understanding], na Reunião de Cúpula dos Governadores sobre Mudança Climática em Los Angeles, Califórnia. Os MOU fornecem a base para futura cooperação em uma série de questões relacionadas à política climática, financiamento, intercâmbio de tecnologias, e pesquisas. Para 2009 e 2010, as partes entraram em acordo para se concentrar em disposições para o setor florestal dos MOU, com o objetivo geral de promover cooperação técnica e capacitação, e desenvolver recomendações para os formuladores de políticas e autoridades reguladoras nos Estados Unidos e nos demais lugares que estejam considerando a possibilidade e a forma de incorporar a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) do desmatamento e da degradação florestal (REDD) e sequestros de outras atividades internacionais de carbono florestal nos seus sistemas de conformidade de GEE emergentes.

Os MOU requerem expressamente um Plano de Ação Conjunta para orientar os esforços de implementação. Consoante, este Plano de Ação Conjunta fornece uma estrutura e recomendações para a implementação das disposições para o setor florestal dos MOU durante 2009-2010. Uma minuta do Plano de Ação Conjunta foi apresentada para a adoção formal pelos estados e províncias signatários dos MOU na primeira reunião de continuação dos trabalhos em Belém, Pará nos dias 18-19 de junho de 2009. Na reunião de Belém, os estados e províncias tomaram uma série de decisões importantes sobre os esforços de implementação dos MOU, que estão refletidas neste Plano de Ação Conjunta. Os recursos para esta reunião, bem como para uma segunda reunião na Califórnia em setembro de 2009, e outras atividades durante 2009 foram cedidos generosamente pela Fundação Gordon e Betty Moore e pela Fundação David e Lucile Packard.

As atividades para o setor florestal, proposta nos MOU e neste Plano de Ação Conjunta, representam os primeiros esforços (em qualquer nível de governança) em direção do que poderia ser chamado de um estágio de “validação de conceito” nos esforços correntes para trazer a REDD para regimes de conformidade de GEE existentes e emergentes. Deste modo, a implementação dos MOU carrega um significado mundial, sinalizando a outras entidades governamentais e para a comunidade de política climática em geral que isto é viável e que haverá um significativo processo de cooperação transnacional entre os estados dos MOU para desenvolver estruturas e mecanismos viáveis para a geração de produtos com grau de conformidade de REDD e de outras atividades de carbono florestal no Brasil e na Indonésia, trazendo tais produtos para regimes de conformidade existentes e emergentes nos Estados Unidos e em outros países.

O Plano de Ação Conjunta identifica três objetivos centrais para 2009-2010. O primeiro objetivo é estabelecer a Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF) como o principal órgão responsável por desenvolver recomendações para a implementação das disposições para o setor florestal dos MOU. Como ficou aprovado na reunião de Belém, o GCF será composto de representantes de cada um dos estados/províncias dos MOU, com uma presidência rotativa anual, responsável por tomar decisões executivas concernentes à implementação das disposições dos MOU para o setor florestal. O segundo objetivo é estabelecer um processo para a participação de organizações não-governamentais (ONGs) e outros atores, nos esforços de implementação dos MOU, o que também foi estabelecido em Belém. Este processo incluirá reuniões conjuntas entre o GCF, ONGs e atores, e participação das ONGs nos três grupos de trabalho criados em Belém com a finalidade de se concentrar nas áreas fundamentais das disposições dos MOU para o setor florestal. O terceiro objetivo é elaborar recomendações para a implementação das disposições dos MOU referentes ao setor florestal, concentrando-se nestas mesmas três áreas:

- (1) Padrões e critérios em nível de projeto para atividades de REDD, que incluirão um Relatório de Avaliação de Protocolo a ser entregue no dia 01 de setembro de 2009;
- (2) Estruturas de contabilização de carbono florestal e mecanismos de coordenação; e a eventual integração de linhas de base e metas subnacionais com atividades baseadas em projetos; e
- (3) Levantamento de necessidades, incluindo necessidades técnicas, jurídicas, institucionais e financeiras nos estados e províncias signatários dos MOU para avançar em direção a atividades de REDD com grau de conformidade.

Este Plano de Ação Conjunta proporciona detalhes sobre as principais questões que devem ser discutidas em cada uma destas três áreas pelo GCF e outros participantes dos grupos de trabalho. Estes grupos de trabalho irão apresentar um relatório a todos os integrantes do GCF na próxima reunião na Califórnia, em setembro de 2009 e

regularmente a partir de então.

Para 2010, o GCF irá continuar o seu trabalho de implementação das disposições dos MOU para o setor florestal, com atenção em particular aos esforços legislativos e de criação de normas em regimes de conformidade de GEE emergentes nos Estados Unidos. Ainda pendente de suporte financeiro adicional, o GCF pretende organizar duas reuniões de continuação dos trabalhos em 2010. Este Plano de Ação Conjunta pretende ser um “documento vivo” e será revisado e suplementado conforme necessário para guiar futuras atividades de implementação para o setor florestal dos estados e províncias signatários dos MOU.

ÍNDICE

I. Introdução e Objetivos principais	1
II. Histórico sobre as Disposições do Setor Florestal e MOU e Debates atuais de Políticas de REDD	7
A. Histórico sobre as Disposições do Setor Florestal e MOU	7
B. Lições Relevantes dos atuais Debates sobre Política de REDD	7
III. Estabelecimento da Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas	9
A. Composição e Governança do GCF	9
B. Responsabilidades do GCF	11
C. Apoio do GCF	12
IV. Facilitação da Participação de ONGs e Atores	12
V. Implementação das Disposições para o Setor Florestal do MOU (2009-2010)	14
A. Padrões e Critérios em Nível de Projeto	15
B. Sistemas de Contabilização e Mecanismos de Coordenação	17
C. Levantamento das Necessidades	20
VI. Conclusão	21
VII. Apêndices (documentos independentes)	
Apêndices 1 Memorandos de Entendimento	
Apêndices 2 Principais Atividades e Necessidades dos Estados e Províncias do GCF	
Apêndices 3 Principais Atividades de Entidades Nacionais	
Apêndices 4 Padrões e Critérios em Nível de Projeto	
Apêndices 5 Estruturas modelo para a coordenação de REDD	
Apêndices 6 Cronograma para as atividades 2009-2010	

I. Introdução e Objetivos principais

Este Plano de Ação Conjunta fornece a estrutura para a implementação das disposições para o setor florestal dos Memorandos de Entendimento (MOU) de novembro de 2009,¹ firmado entre nove estados e províncias dos Estados Unidos, da Indonésia e do Brasil, a respeito de várias atividades relacionadas à mudança climática. O Plano de Ação Conjunta define as principais atividades organizacionais, procedimentais e materiais de implementação para 2009-2010, com o objetivo final de elaborar recomendações para formuladores de políticas e autoridades reguladoras nos Estados Unidos e em outros países que estejam considerando a possibilidade e a forma de incorporar compensações de carbono com grau de conformidade das reduções de emissões de GEE do desmatamento e degradação florestal (REDD) e de outras atividades do setor florestal,² nos seus sistemas de conformidade de Gases de Efeito estufa (GEE).³

O desmatamento recentemente emergiu como o foco central da política de mudança climática em vários níveis de governança. Com o aumento no número de evidências que demonstram que as concentrações atmosféricas de CO₂ não podem ser estabilizadas em um nível prudente sem se discutir as emissões provenientes do setor florestal, que atualmente representam cerca de 20% das emissões antropogênicas globais de gases de efeito estufa (GEE), os formuladores de políticas têm buscado ativamente formas de integrar o setor florestal à regimes de conformidade de GEE existentes e emergentes. Desde 2005, por exemplo, tem havido um esforço conjunto no processo da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) para integrar a REDD em um tratado climático pós 2012, refletindo uma mudança significativa na direção estabelecida pelas regras do atual Protocolo de Quioto, que expressamente exclui o desmatamento evitado da concessão de créditos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM).⁴

Países que possuem grandes áreas de floresta tropical como o Brasil e a Indonésia têm sido bastante ativos nas discussões internacionais relativas às políticas e incentivos adequados, necessários para trazer de maneira significativa, o desmatamento e outras atividades do setor florestal para dentro da política climática. Embora muitas questões importantes continuem sem solução, parece muito provável que o acordo climático internacional pós 2012 venha a incluir dispositivos de peso sobre REDD.

Ao mesmo tempo, o Brasil e a Indonésia, juntamente com os estados e províncias dos MOU, estão avançando com os seus esforços em vários níveis, para reduzir as emissões oriundas do desmatamento e tornar a REDD um componente fundamental dos seus próprios esforços de mitigação climática (consulte o Apêndice 2 para uma descrição das principais atividades relacionadas a REDD no Brasil, na Indonésia e nos estados e províncias signatários dos MOUs. De fato, várias das mais importantes atividades de REDD atualmente em curso, estão sendo realizadas nos estados e províncias do Brasil e da Indonésia.

Nos Estados Unidos, a inclusão de REDD e de outras atividades internacionais de carbono florestal também está progredindo em debates voltados a elaboração dos regimes de conformidade de GEE nacionais e subnacionais. As principais

1 O texto integral dos MOUs está no Apêndice 1

2 As disposições para o setor florestal incluem REDD bem como atividades de sequestro florestal, tais como florestamento, reflorestamento e manejo sustentável da floresta. Várias peças da legislação federal proposta nos Estados Unidos também incluem um pacote completo de atividades de carbono florestal. Além disso, discussões atuais dentro da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) expandiram o conceito de REDD para englobar outras atividades tais como a conservação e a restauração da floresta, manejo sustentável da floresta e o reflorestamento (às vezes denominado REDD+). Enquanto que este Plano de Ação Conjunta se concentra principalmente nas atividades de REDD, os estados dos MOU não pretendem excluir outras atividades de carbono florestal relevantes.

3 Consulte os MOUs no Apêndice 1, Artigo 4 (contanto que o Plano de Ação Conjunta contenha "todas as disposições necessárias para a implementação das atividades de cooperação acordadas, incluindo o escopo, coordenação e administração, distribuição de recursos, intercâmbios de especialistas e profissionais, assuntos administrativos e quaisquer outras informações consideradas necessárias para alcançar o objetivo destes "MOU" e "para o acompanhamento e implementação de planos de trabalho, grupos com temas específicos serão estabelecidos. Estes grupos serão liderados por representantes oficiais das respectivas partes e irão se reunir pelo menos uma vez por ano").

4 O denominado "Bali Action Plan" [Plano de Ação de Bali], que foi proposto pelos Participantes do UNFCCC na COP 13 em Bali, na Indonésia em 2007 como um "roteiro" para as negociações pós 2012, expressamente orienta que a REDD seja incluída nas negociações. Consulte *Plano de Ação de Bali*, Decisão ___/CP.13. Mais recentemente, a minuta do texto das negociações para o acordo pós 2012, que foi publicado no dia 19 de maio de 2009, contém um número de opções para a inclusão de REDD no acordo.

propostas legislativas para um sistema federal de limitar-e-negociar [cap-and-trade] apresentadas no Congresso americano nos últimos anos incluem disposições robustas concernentes ao carbono florestal internacional. Mais recentemente, a *American Clean Energy & Security Act* (HR 2454) de 2009 [Lei Americana de Energia Limpa e Segurança], que foi aprovada pela comissão de Comércio e Energia da Casa no dia 21 de maio de 2009 e que espera-se que seja votada pelo plenário do Congresso neste verão, contém disposições abrangentes para atividades de REDD, incluindo destinar 5% das concessões de emissões dos Estados Unidos até 2025 para capacitação e reduções suplementares bem como provisões de compensação internacionais para a redução do desmatamento de até 1 bilhão de toneladas por ano.⁵

E, naturalmente, vários Estados americanos e grupos de Estados estão ativamente estudando maneiras de incluir a REDD e outras atividades de carbono florestal nos seus próprios regimes de conformidade de GEE (consulte o apêndice 2 para descrições de atividades relacionadas à REDD nos níveis estaduais e federais nos Estados Unidos). A Califórnia, em particular, já promulgou a sua própria legislação de mudanças climáticas e encontra-se atualmente em um estágio de formulação de normas, necessárias até ao final de 2010.⁶ Estas regras, que poderão incluir disposições que reconheçam compensações internacionais de REDD e de outras atividades do setor florestal, provavelmente terão uma influência significativa sobre o desenvolvimento de normas federais para um futuro sistema federal de conformidade de GEE.

Este Plano de Ação Conjunta está baseado em observações de que os regimes de conformidade emergentes nos Estados Unidos (e possivelmente em outros lugares) muito provavelmente não aceitarão compensações de créditos de projetos REDD independentes no Brasil ou na Indonésia. Em vez disso, atividades de REDD nestes países (e, por extensão nos estados e províncias brasileiras ou indonésias do MOU e possivelmente em outras jurisdições) provavelmente precisarão estar inseridas nas estruturas de contabilização estaduais, regionais e nacionais.

Considerando que os estados e províncias que compõem o MOU coletivamente representam aproximadamente 50% das florestas tropicais do mundo, os esforços para implementar as disposições do MOU para o setor florestal criam uma oportunidade importante para avançar nas atuais discussões sobre políticas de REDD. Os estados e províncias do MOU reconhecem que as políticas de REDD estão sendo formuladas em vários níveis de governança e, portanto, estão comprometidos em proceder de maneira coerente com esses esforços. Para tanto, os estados e províncias signatários do MOU consideram os esforços de implementação dos MOU como uma oportunidade para apresentar o formato dos regimes de conformidade de GEE emergentes que estão considerando a inclusão de atividades de REDD. Através desta perspectiva, o processo do MOU incorpora o primeiro esforço (em qualquer nível de governo) para avançar em direção do que poderia ser chamado da fase de “validação de conceito” numa iniciativa para trazer a REDD para regimes existentes e emergentes de conformidade de GEE. De modo que esta iniciativa carrega um significado mundial, sinalizando a outras entidades governamentais e para a comunidade de política climática em geral que isto é viável, e que haverá um significativo processo de cooperação transnacional entre os estados do MOU para desenvolver estruturas e mecanismos viáveis para a geração de produtos com grau de conformidade de REDD e de outras atividades de carbono florestal no Brasil e na Indonésia, trazendo tais produtos para regimes de conformidade existentes e emergentes nos Estados Unidos e em outros lugares.

Conforme resumido na *Tabela 1* e detalhado no Apêndice 2, cada estado ou província do MOU já está avançando em várias atividades relacionadas ao clima e a REDD, com diversos projetos de REDD importantes já em curso no Brasil e na Indonésia. Deste modo, o processo do MOU proporciona uma oportunidade importante para coordenar estes esforços correntes, no empenho para influenciar o desenvolvimento de regras e instituições de apoio para atividades de REDD com grau de conformidade. Este Plano de Ação Conjunta prevê um roteiro para tais esforços até o final de 2010.

⁵ Como fora proposto, os créditos de emissões que seriam reservados para a REDD, cai para 3% do total de créditos dos Estados Unidos de 2026 à 2030 e para 2% de 2031 à 2050.

⁶ O recentemente lançado Climate Change Scoping Plan [Plano de Análise de Impactos da Mudança Climática] do *California Air Resources Board* (CARB) [Conselho de Recursos Atmosféricos da Califórnia], o qual fornece a estrutura para desenvolver as regulamentações para implementação do regime próprio de conformidade de GEE da Califórnia, reconhece a importância da REDD e de outras atividades internacionais de carbono florestal. Ver ARB, Climate Change Proposed Scoping Plan [Plano Proposto de Análise de Impactos da Mudança Climática]: Um sistema para Mudança (outubro 2008; aprovado dezembro 2008) disponível no <http://www.arb.ca.gov/cc/scopingplan/document/psp.pdf>, 38, 115.

Tabela 1. Atividades chaves GEE e do Setor Florestal nos estados membros dos Estados do GCF

ESTADO PROVÍNCIA	LIMITE DE EMISSÕES DE GEE	INVENTÁRIO DE SEQUESTROS E EMISSÕES DE GEE	LINHAS DE BASE E/OU METAS DO SETOR DE FLORESTAS	REGISTRO PARA ATIVIDADES DE CARBONO FLORESTAL	PROJETOS DE CARBONO FLORESTAL EM ANDAMENTO	OUTROS DESTAQUES
BRASIL						
Acre		Plano a ser desenvolvido para inventários de mudanças de uso fundiário e florestal dos setores energéticos, de transporte e industriais	Plano REDD (em andamento, planejado para julho de 2009) Plano para a Prevenção e Controle do Desmatamento (em andamento, planejado para julho de 2009) Sistema de monitoramento do desmatamento e da degradação	Plano REDD (em andamento)	Programa de reflorestamento	<ul style="list-style-type: none"> – Zoneamento Ecológico-Econômico Política de Valorização de bens Florestais – Lei Chico Mendes sobre pagamentos por serviços de conservação para seringueiros – Programa de Certificação de Imóvel Sustentável e Bônus Anual – Aumento de produtividade em áreas desmatadas – Planos de Manejo em Territórios Indígenas
Amapá		Inventários das Florestas de produção estaduais em vias de execução	Plano para a Prevenção e Controle do Desmatamento (em andamento)		Determinação do estoque de carbono na floresta de produção estadual	<ul style="list-style-type: none"> – Floresta de produção do Estado do Amapá estabelecida – Política Ambiental do Governo Estadual 2009 – outras leis florestais e ambientais (em desenvolvimento)
Amazonas		Programa Estadual de Monitoramento de Estoque de Carbono e Biodiversidade	A Lei Estadual n.º 3.135 contém estratégia de REDD Plano Estadual para prevenção e controle do desmatamento concluído		<ul style="list-style-type: none"> – Juma – Apuí – Tríplice Fronteira Estadual 	<ul style="list-style-type: none"> – Neutralização de Carbono para a Copa do Mundo da FIFA de 2014 – Lei Estadual n.º 3.135, a Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC-AM) – Programa Bolsa Floresta nas Unidades de Conservação do Estado (UCs) – Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA) – Política Estadual de Serviços Ambientais e Conservação Florestal (em desenvolvimento) – Fórum Amazonense de Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Serviços Ambientais

Tabela 1. Atividades chaves GEE e do Setor Florestal nos estados membros dos Estados do GCF

ESTADO PROVÍNCIA	LIMITE DE EMISSÕES DE GEE	INVENTÁRIO DE SEQUESTROS E EMISSÕES DE GEE	LINHAS DE BASE E/OU METAS DO SETOR DE FLORESTAS	REGISTRO PARA ATIVIDADES DE CARBONO FLORESTAL	PROJETOS DE CARBONO FLORESTAL EM ANDAMENTO	OUTROS DESTAQUES
Mato Grosso		Certa modelagem florestal realizada para CCSX	CCSX (46 projetos que abrangem 602.711 ha)		Projeto REDD na região noroeste de Mato Grosso com o ICV e TNC (em andamento)	<ul style="list-style-type: none"> – Lei No 911, estabelecendo o Fórum sobre Mudanças Climáticas – Leis No 327, 343, estabelecendo os Programas de Regularização e Licenciamento Ambiental Rural – Plano Estadual de mudanças Climáticas (em curso, 2) – Programa de Manejo Florestal – Plano para evitar o desmatamento e agricultura de corte e queima (em desenvolvimento) – Zoneamento Socioeconômico e Ecológico (na fase final de revisão)
Pará			Plano de Prevenção, Iniciativas de Ações e Alternativas para o Desmatamento no estado do Pará – PPCAD-PA, aprovado pelo Decreto Estadual no. 1697, de 8 de junho, 2009	<ul style="list-style-type: none"> – Projeto Um Bilhão de Árvores para a Amazônia – Projeto Piloto REDD em São Félix do Xingu (The Nature Conservancy -TNC, em parceria com a SEMA-PA) – Projeto sócio-ambiental de Carbono do Xingu (TNC, em parceria com a SEMA-PA); – Projeto Calha Norte (Conservation International - CI, em parceria com a SEMA-PA) 		<ul style="list-style-type: none"> – Decreto Estadual N° 1764, de 25 de junho 2009, estabeleceu o Grupo de Trabalho Executivo para a criação do Fórum Paraense de Mudanças Climáticas – <i>Cadastro Ambiental Rural – CAR</i>, com o objetivo de padronizar atividades ambientais e determinar áreas de reserva legal e de proteção permanente – Macro zoneamento Ecológico Econômico no Estado do Pará (Lei n° 6.745, 6 de maio, 2005)

Tabela 1. Atividades chaves GEE e do Setor Florestal nos estados membros dos Estados do GCF

ESTADO PROVÍNCIA	LIMITE DE EMISSÕES DE GEE	INVENTÁRIO DE SEQUESTROS E EMISSÕES DE GEE	LINHAS DE BASE E/OU METAS DO SETOR DE FLORESTAS	REGISTRO PARA ATIVIDADES DE CARBONO FLORESTAL	PROJETOS DE CARBONO FLORESTAL EM ANDAMENTO	OUTROS DESTAQUES
INDONÉSIA						
Aceh		PDD (Documento de Desenho de Projeto) Auditoria feita pela CCBA (Aliança Comunitária para o Clima e Florestas) sobre as estimativas de emissões florestais de Ulu Masen declarou um potencial de 100 milhões de toneladas disponíveis para créditos de carbono durante 30 anos, um número que está atualmente em processo de validação/ verificação.	Linha de base florestal – Equipe Reformular-Aceh usada como linha de base para o Plano Espacial Florestal de Aceh	Departamento Florestal, Reg. No. 30 / Menhut-II / 2009 Departamento Florestal, Reg. No. P.36/ Menhut –II/ 2009	Projeto REDD do Ecossistema Ulu Masen Projeto REDD do Ecossistema Leuser	
Papua	Plano de Avaliação de estoque de carbono em áreas piloto de REDD (2008 - 2009)			Jayapura (FFI/ Macquarie); Mimika/ Mamberamo (Floresta Nova) & Merauke-Mappi-Asmat (WWF) Projetos Piloto REDD -Regulamentação do Ministério Florestal nº 30/Menhut-II/2009 -Regulamentação especial de autonomia da Papua sobre Manejo Florestal Sustentável 2009	Plano de Avaliação de estoque de carbono em áreas piloto de REDD (2008 - 2009)	

Tabela 1. Atividades chaves GEE e do Setor Florestal nos estados membros dos Estados do GCF

ESTADO PROVÍNCIA	LIMITE DE EMISSÕES DE GEE	INVENTÁRIO DE SEQUESTROS E EMISSÕES DE GEE	LINHAS DE BASE E/OU METAS DO SETOR DE FLORESTAS	REGISTRO PARA ATIVIDADES DE CARBONO FLORESTAL	PROJETOS DE CARBONO FLORESTAL EM ANDAMENTO	OUTROS DESTAQUES
ESTADOS UNIDOS						
Califórnia	<ul style="list-style-type: none"> – AB 32 Limitação de GEE em todos os setores da economia – Iniciativa Climática da região oeste (em progresso) 	<ul style="list-style-type: none"> – Inventário de emissões de GEE do Conselho de Recursos Atmosféricos baseado em parte nos dados da Análise de Inventário Florestal do Serviço Florestal Americano (FIA) – Análise de Florestas Estaduais e Pastagens 	Meta de Emissão florestal até 2020 para o setor florestal da Califórnia	Registro de Ações Climáticas possui banco de dados para projetos da Califórnia	Oito projetos florestais registrados como parte do <i>Climate Action Reserve Registry</i> [Registro da Reserva de Ações Climáticas]	<ul style="list-style-type: none"> Protocolo florestal adotado pelo governo estadual da Califórnia em 2007; --Novo protocolo florestal esperado para ser desenvolvido em setembro de 2009
Illinois	<i>Midwest GHG Accord</i> [Acordo de GEE do Meio-oeste] (MWGGA) (em andamento)	Sensoriamento remoto periódico da cobertura do solo, incluindo cobertura florestal Classificação atualizada das comunidades das matas e florestas; desenvolvimento das capacidades de mapeamento LIDAR	Linha de base potencialmente disponível pelo Serviço Florestal USDA, Estação de Pesquisa do Norte [<i>Northern Research Station</i>]	Como um produto do processo MWGGA (em progresso)		<ul style="list-style-type: none"> – Plano de Ação Climática – Conservação e Iniciativa Climática de Illinois – Restauração do Habitat e Programas de Manejo – Identificação de Áreas de Oportunidade de Conservação (COA) em Planos Estaduais Abrangentes para Vida Selvagem; a Iniciativa das Terras Vitais apoia as ONGs que trabalham nos COAs
Wisconsin	MWGGA (em andamento)	Força Tarefa para o Aquecimento Global do Governador Doyle, metas de emissões (legislação sendo redigida) Emissões atmosféricas relatadas anualmente	Linha de base e mudança florestal 1992-2001 concluída pela Winrock International	Como um resultado do processo MWGGA (em andamento)		<ul style="list-style-type: none"> – Força Tarefa e Estratégia para o Aquecimento Global do Governador Doyle – Programas de Biomassa Florestal

Como detalhado abaixo, este Plano de Ação Conjunta identifica três objetivos principais para 2009-2010:

- (1) Estabelecer a Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF) como o principal órgão responsável pela implementação das disposições para o setor florestal dos MOU;
- (2) Estabelecer um processo para a participação de organizações não-governamentais (ONGs) e outros atores nos esforços de implementação dos MOU; e
- (3) Iniciar a implementação concreta das disposições do MOU para o setor florestal.

Estes objetivos e ações relacionadas desenvolvidas na reunião de Belém são discutidos nas seções II a IV abaixo. A próxima seção fornece um breve histórico sobre as disposições para o setor florestal dos MOU e sobre as principais lições tiradas das atuais discussões de políticas de REDD que são relevantes para os esforços de implementação do MOU.

II. Histórico sobre as Disposições do Setor Florestal do MOU e Debates atuais de Política de REDD

A. Histórico sobre as Disposições do Setor Florestal do MOU

No dia 18 de novembro de 2008, os estados americanos da Califórnia, Illinois e Wisconsin, os estados brasileiros do Amapá, Amazonas, Mato Grosso e Pará, e as províncias indonésias de Aceh e Papua assinaram Memorandos de Entendimento [*Memoranda of Understanding*] (MOU) na Reunião de Cúpula dos Governadores sobre Mudança Climática em Los Angeles, Califórnia. Embora os MOU forneçam a base para futura cooperação em uma série de questões relacionadas à política climática, como financiamento, intercâmbio de tecnologias, e pesquisas, as partes entraram em acordo para concentrar seus esforços em 2009 e 2010 no setor florestal. Como considerado no artigo 2 (a) dos MOU, as partes pretendem cooperar em uma série de atividades do setor florestal, incluindo a “Redução das emissões de gases de efeito estufa do desmatamento e degradação - também conhecido como “REDD” - e sequestro de carbono adicional através da restauração e reflorestamento de áreas e florestas degradadas, e de melhores práticas de manejo florestal. “

As atividades de implementação do MOU para 2009-2010 se concentrará especificamente na implementação do artigo 2 (b) dos MOUs. O Artigo 2 (b) estabelece o objetivo geral de dar passos concretos em direção ao desenvolvimento de normas para o setor florestal, que garantam que a redução das emissões e sequestros de atividades subnacionais no Brasil e Indonésia sejam (1) reais, mensuráveis, verificáveis e permanentes e, (2) capazes de serem reconhecidas por mecanismos de conformidade dos programas⁷ estaduais, provinciais, regionais, nacionais e internacionais de cada uma das partes.

O Estado da Califórnia assegurou financiamento para apoiar as atividades de implementação do MOU através da fundação Gordon e Betty Moore e Fundação David e Lucille Packard. Estes recursos são coordenados pelos membros do GCF e administrados pela Universidade do Colorado para apoiar o desenvolvimento dos resultados descritos a seguir, bem como as despesas de viagem e de reunião para as reuniões dos estados e províncias do MOU, em junho de 2009 (Belém, Brasil) e de setembro de 2009 (Los Angeles, Califórnia).

B. Lições Relevantes dos Debates de Política de REDD atuais

Embora ainda seja muito cedo para prever a forma precisa que a REDD será incluída na política climática internacional e em regimes de conformidade emergentes nos EUA, vale a pena considerar várias observações à medida que o processo de implementação avança.

Primeira; embora estejam em curso debates no âmbito das discussões da UNFCCC com relação ao(s) mecanismo(s) de política(s) apropriado(s) para REDD, com alguns países favorecendo uma abordagem baseada em Fundos e outros promovendo o financiamento com base no mercado através de disposições que reconheceriam créditos de REDD nos mercados de conformidade.⁸ É muito provável que os regimes emergentes de conformidade de GEE nos Estados Unidos (estaduais e federais), incluirão disposições que reconheçam créditos de compensação de certas atividades de REDD. Tal como outras disposições de compensação, tais créditos seriam concedidos em uma base ex post, após o desempenho ter sido demonstrado. O processo dos MOU irá, portanto, incidir especificamente no desenvolvimento de normas para créditos de REDD com grau de conformidade.

⁷ Ver MOU no Appendix 1: Os signatários dos MOU são: Governador Antônio Waldez Góes da Silva (Amapá, Brasil), Governador Eduardo Braga (Amazonas, Brasil), Governador Blairo Maggi (Mato Grosso, Brasil), Governadora Ana Júlia de Vasconcelos Carepa (Pará, Brasil), Governador Irwandi Yusuf (Aceh, Indonésia), Governador Barnabas Suebu (Papua, Indonésia), Governador Jim Doyle (Wisconsin, U.S.), e Governador Rod Blagojevich (Illinois, U.S.), que foi substituído por Pat Quinn. Na reunião de Belém, o estado brasileiro do Acre foi confirmado como o 10º membro fundador do GCF. Ver MOU no Apêndice 1, Artigo 2(b).

⁸ Fundos bilaterais e multilaterais consideráveis estão sendo disponibilizados para a capacitação de REDD em nível internacional, com vistas a preparar países para possível participação nos mercados de conformidade. Além disso, na legislação climática americana que está sendo proposta, existem disposições que alocariam uma porção das cotas de emissões dos EUA (ou receitas de leilões para a venda de tais cotas) para os esforços de capacitação bem como disposições robustas para compensações de atividades REDD.

Segunda; em contraste com a pura contabilização em nível de projeto, parece haver uma forte preferência nas atuais discussões sobre REDD pela contabilização através de toda a jurisdição (em nível nacional e/ou subnacional) relacionada às linhas de base históricas ou outros cenários de referência de emissões. Grande parte da discussão sobre REDD no contexto da UNFCCC, por exemplo, tem se centrado na contabilização nacional. Todas as disposições sobre REDD nas propostas legislativas nos EUA até o momento foram baseadas na contabilização em nível nacional ou estadual/provincial, com oportunidades limitadas para atividades independentes em nível de projeto. Do mesmo modo, o *California Air Resources Board (ARB) Scoping Plan* [Plano de Avaliação de Impactos do Conselho de Recursos Atmosféricos da Califórnia], que fornece a estrutura para a implementação da legislação de mudança climática da Califórnia,⁹ especificamente identifica a possibilidade de aceitar compensações daquelas “jurisdições que demonstram desempenho... na redução das emissões ou aumentando sequestro de carbono por meio de atividades de carbono florestal elegíveis, em conformidade com as estruturas de contabilização nacionais ou sub-nacionais adequadas.”¹⁰ O processo do MOU se concentrará, portanto, em facilitar o desenvolvimento e a transição das atuais abordagens baseadas em projeto, utilizadas pelos estados do MOU, para estruturas maiores de contabilização através de toda a jurisdição, como um eventual pré-requisito para atividades com grau de conformidade.

Terceira; atividades de REDD eficazes requerem ações no nível das jurisdições estaduais ou provinciais, bem como em nível nacional. Este é, particularmente, o caso nos grandes países como o Brasil e a Indonésia, onde a capacidade dos governos nacionais de implementação de programas de REDD adaptados às condições locais é limitada. Nestes casos, jurisdições subnacionais fornecem vantagens distintas em termos de engajar atores locais e responder a ameaças e oportunidades locais. Idealmente, os programas de REDD devem incluir jurisdições subnacionais adaptadas às condições locais e inseridas em sistemas de contabilização nacionais.

Quarta; os debates continuam em vários níveis no que diz respeito às linhas de base ou cenários de referência adequados, que deveriam ser utilizados para atividades REDD. Para algumas jurisdições, taxas históricas de desmatamento fornecem uma linha de base adequada, em outras, as projeções de desmatamento futuro podem ser mais apropriadas. Embora tenha havido trabalhos e experiências importantes com linhas de base em nível de projeto para atividades de carbono florestal, o estabelecimento de linhas de base ou cenários de referência no nível nacional e/ou estadual e provincial apresentam novos desafios. O processo dos MOU, portanto, dará uma atenção especial para o desenvolvimento das linhas de base apropriadas para os estados do MOU.

Quinta; foram realizados progressos significativos nos últimos anos no desenvolvimento e aplicação de sensoriamento remoto para monitorar o desmatamento e a mudança do uso do solo nos países em desenvolvimento. Estas capacidades complementam o movimento geral em direção à sistemas de contabilização nos níveis estaduais/provinciais e nacionais, fornecendo uma parte importante da base para os esforços de medição do desmatamento em grandes áreas e em relação à tendências históricas de uma forma que seja transparente, e publicamente disponível a um custo baixo ou sem custo algum. Inventários de campo são necessárias para complementar as observações do espaço, e traduzir as mudanças na cobertura florestal em emissões de carbono para vários tipos de florestas. Embora estejam sendo desenvolvidas ferramentas que permitirão este levantamento de dados em campo, ainda há muito trabalho a ser feito nesta área, inclusive no desenvolvimento de metodologias de amostragem estatisticamente válidas para cobrir grandes áreas a baixo custo. Levar a REDD a um status de conformidade vai exigir um trabalho cuidadoso no desenvolvimento de um conjunto de metodologias transparentes para Medição, Monitoramento e Verificação (MMV). O processo do MOU irá avaliar e aprimorar capacidades existentes nesta área com especial atenção ao desenvolvimento de um conjunto de práticas e padrões que vão atender às exigências dos mercados de conformidade emergentes.

Por fim, os esforços para incluir a REDD na política climática (em qualquer nível), não lograrão sucesso se as populações

9 A Lei de Soluções para o Aquecimento Global da Califórnia de 2006 (AB 32)

10 *California Air Resources Board* [Conselho de Recursos Atmosféricos da Califórnia], *Climate Change Proposed Scoping Plan* [Plano Proposto de Análise de Impactos de Mudança Climática] (Outubro de 2008; aprovado em Dezembro de 2008) em 38 e 115.

locais dependentes das florestas e outros atores não estiverem incluídos. Nas discussões sobre REDD na ONU e na legislação proposta nos EUA, muito provavelmente serão incluídas disposições para garantir a proteção dos direitos e interesses das comunidades locais, participação e consulta das comunidades dependentes da floresta e dos povos indígenas nas áreas afetadas, e repartição de benefícios com os atores locais. O estado da Califórnia e outros estados poderão provavelmente exigir proteções similares, em vista do seu firme compromisso em assegurar que as comunidades locais não sejam prejudicadas pelas regulamentações de GEE. O processo do MOU, assim, procurará desenvolver princípios sólidos fundamentais e critérios para tais proteções e propor mecanismos para assegurar que estas proteções sejam implementadas na prática.

III. Criação da Força Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas

O primeiro objetivo para os esforços de implementação do setor florestal do MOU é instituir formalmente uma força-tarefa permanente – a Força-Tarefa dos Governadores para o Clima e Florestas (GCF) - composto pelos principais representantes de cada um dos estados/províncias membros do MOU, que será responsável por liderar os esforços gerais de implementação. Isto foi formalmente realizado em 18 de junho de 2009, em Belém.¹¹ Além disso, o GCF elegeu o estado da Califórnia para presidir os trabalhos até o fim de 2009. A presidência para 2010 será escolhida na reunião do GCF em Setembro de 2009 na Califórnia, com as suas responsabilidades começando no dia 01 de janeiro de 2010.

A. Composição e Governança do GCF

Como afirmado em Belém, o GCF consiste de representantes de cada estado e província selecionados pelos Governadores signatários do MOU. Os nove estados e províncias do MOU votaram unanimemente para estender um convite ao Estado do Acre para que ele fosse o 10º. “membro fundador” do GCF, convite este que foi aceito pelo Estado do Acre.

As seguintes normas que governam a tomada de decisões, composição e outros aspectos das atividades do GCF foram adotados pelos dez membros do GCF na reunião de Belém:

Composição e Tomada de Decisões do GCF

1. Cada estado/província integrante do GCF tem dois representantes, que devem ser designados pelo Governador. Somente um representante de cada estado/ província tem a autoridade de votar em nome do estado/ província.
 - a) ONGs podem ser designadas pelo Governador de um estado/província integrante do GCF para servir como o representante daquele estado/província no GCF.
2. Cada estado/província integrante do GCF pode, adicionalmente, designar participantes governamentais observadores/não-votantes daquele estado/província para as atividades do GCF.
3. As decisões do GCF devem ser alcançadas por consenso. Onde não houver consenso sobre itens de ações, visões alternativas serão especificamente anotadas.
4. A alternância da presidência do GCF se dará anualmente e será composta por um estado/província integrante do GCF diferente a cada ano.
5. Os dez membros atuais do GCF serão chamados de “membros fundadores.”

¹¹ Mais de 30 representantes de estados e províncias participaram da reunião de Belém, incluindo quatro Secretários de Recursos Naturais e do Meio-Ambiente. Além disso, aproximadamente 25 representantes de ONGs de aproximadamente 15 organizações no Brasil, Indonésia e Estados Unidos participaram da reunião conjunta durante metade do dia com o GCF em 19 de junho de 2009 para dar opiniões sobre o Plano de Ação Conjunta e o envolvimento de atores. A Governadora Ana Julia Carepa do Pará participou do jantar de encerramento para discutir os resultados das reuniões.

6. Os novos membros terão os mesmos direitos dos membros fundadores e serão adicionados como descrito a seguir:
 - a) Os Membros atuais do GCF irão submeter à Presidência, até a primeira semana de agosto de 2009, sugestões com relação à presença dos estados/províncias observadores na reunião de setembro. Não há um limite no número de observadores que podem ser sugeridos, mas não há fundos neste momento para participantes que não sejam membros fundadores.
 - b) Os membros fundadores do GCF podem apresentar nomeações formais ao GCF após a reunião de setembro de 2009.
 - c) Novos membros devem ser aceitos por consenso.
 - d) Novos membros devem adotar todos os principais documentos do GCF.
 - e) O anúncio dos novos membros ocorrerá na COP-15 e serão efetivados na primeira reunião do GCF em 2010.

Coordenação das Atividades do GCF com Governos Nacionais:

Na reunião de Belém, os estados e províncias reconheceram a importância das atividades e discussões nacionais e internacionais sobre políticas, e expressaram o seu comprometimento em trabalhar junto às entidades relevantes dentro de seus governos nacionais para assegurar a coordenação com esforços domésticos em nível nacional e internacional. Para tanto, o GCF concordou com os seguintes princípios orientadores na reunião de Belém:

1. As ações do GCF serão transparentes.
2. Os membros do GCF se comunicarão com seus respectivos representantes nacionais sobre as atividades do GCF.
3. O potencial para participação de representantes nacionais em reuniões do GCF e nos grupos de trabalho, em alguma extensão, será determinado pelo GCF na reunião de setembro de 2009 na Califórnia.

Comunicações:

1. Os membros GCF podem incluir informações básicas sobre a sua participação no GCF e sobre as metas e atividades da Força Tarefa em comunicados e outros materiais, por exemplo, informações contidas em documentos, acordados pelo GCF, incluindo os Memorandos de Entendimento, o Plano de Ação Conjunta e outros documentos oficiais.
2. Em nenhuma circunstância o GCF poderá endossar, apoiar ou tomar uma posição sobre qualquer projeto particular ou esforços que um membro ou não membro do GCF tenha feito, sem uma votação completa pelos membros do GCF.

Grupos de Trabalho:

1. Os três grupos de trabalho são:
 - a) Padrões e critérios em nível de projeto;
 - b) Sistemas de contabilização e mecanismos de coordenação; e
 - c) Levantamento de necessidades.

2. Outros grupos de trabalho poderão ser criados pelo GCF conforme for necessário.
3. Os Grupos de trabalho são dirigidos por representantes dos estados e províncias do GCF e cada um incluirá participantes de ONGs e outros atores nomeados pelos membros do GCF. (Consulte *infra* na Seção V (e Apêndice 4-6) para os escopos de trabalho e detalhes adicionais).

ONGs e Participação de Atores:

1. Uma parte de cada reunião do GCF será dedicada a uma reunião pública conjunta com as ONGs/ atores.
2. ONGs/ atores serão convidados pelos membros do GCF para participar em cada um dos três grupos de trabalho.

B. Responsabilidades do GCF

O GCF será responsável pela tomada de decisões executivas relativas às recomendações para a implementação das disposições para o setor florestal dos MOU. Para 2009, o GCF iniciará o desenvolvimento de estruturas fundamentais, protocolos, princípios e critérios necessários para conectar a futura geração de produtos de carbono florestal com grau de conformidade no Brasil e na Indonésia com regimes emergentes de conformidade na Califórnia, Estados Unidos, e em outros lugares, prestando atenção especial às questões de contabilização de carbono florestal, créditos e monitoramento. Estas tarefas estão descritas em mais detalhes na seção IV- *infra*.

Em 2010 e no longo prazo, o GCF irá se concentrar em desenvolver recomendações tanto para a arquitetura de regulamentação dos mercados de conformidade como para as disposições estruturais e materiais necessárias para reconhecer produtos de carbono florestal para fins de conformidade e os requisitos específicos para gerar produtos de carbono florestal com grau de conformidade no Brasil e na Indonésia, em um esforço para desenvolver uma plataforma para a interoperabilidade futura à medida que os mercados de conformidade entram em vigor.

Além de convocar as duas reuniões do GCF durante 2009 e executar as ações referidas acima, o GCF irá desenvolver e finalizar, vários produtos importantes antes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) Conferência das Partes (COP-15) em Copenhague, Dinamarca no dia 15 de dezembro de 2009. Eles incluem:

1. **Plano de Ação Conjunta (Junho/Julho de 2009).** Com base nos dados da reunião de junho de 2009 em Belém e dos principais atores, o GCF vai finalizar o Plano de Ação Conjunta para os esforços de implementação dos MOU durante 2009-2010.
2. **Relatório de Avaliação de Protocolo (agosto/ setembro de 2009).** O Consultor de Protocolo Florestal irá desenvolver um Relatório de Avaliação de Protocolo para ser revisto na segunda reunião do GCF em setembro de 2009 na Califórnia. Entre outras coisas, o relatório irá avaliar os protocolos existentes de carbono florestal e padrões para atividades relacionadas à REDD para determinar quais destes poderiam ser utilizados (e/ou quais modificações seriam necessárias) para regular a geração de reduções de emissões com grau de conformidade e sequestros no Brasil e na Indonésia (e em outros países possuidores de florestas tropicais), que possam ser aceitas por regimes de conformidade emergentes nos EUA
3. **Relatório de Progresso de 2009 (novembro de 2009):** A reunião do GCF em setembro de 2009 terá como resultado um relatório documentando os progressos feitos para realizar as disposições para o setor florestal dos MOUs e os termos de execução do Plano de Ação Conjunta. Este relatório também irá delinear objetivos fundamentais para 2010 e para o futuro e iniciar um processo para desenvolver (e garantir o apoio financeiro para) estratégias de carbono florestal e levantamento de necessidades em nível estadual no Brasil e na Indonésia. Os Governadores dos MOU apresentarão o Relatório de Progresso de 2009 na COP-15.

Pendente de apoio financeiro, o GCF pretende convocar mais duas reuniões de continuação dos trabalhos em 2010. O apêndice 7 abaixo apresenta um cronograma com detalhes sobre reuniões adicionais, principais etapas do processo legislativo e de regulamentação, e os principais resultados práticos e produtos para 2009-2010.

C. Apoio do GCF

O GCF está liderando e coordenando todas as atividades no âmbito do processo dos MOU. As lideranças do GCF juntamente com o pessoal designado por cada estado/província são responsáveis pela execução deste Plano de Ação Conjunta e dos Artigos dentro dos MOU. Este grupo se reúne semanalmente através de teleconferências regulares.

Além de fornecer apoio financeiro para as duas reuniões do GCF em 2009, os subsídios da Fundação Moore e Packard também estão apoiando um Assessor, um Consultor de Protocolo Florestal, e Coordenadores de Seminários do GCF. A Agência de Recursos Naturais da Califórnia foi responsável pela supervisão de todo o processo e coordenou todas as atividades entre os estados/ províncias, consultores, e atores.

O Assessor do GCF é o Dr. William Boyd, professor adjunto de Direito da Faculdade de Direito da Universidade do Colorado. Ele é responsável por (1) administrar os subsídios cedidos pela Fundação Moore e Packard para as atividades de implementação do MOU; (2) assessorar o GCF e auxiliar na implementação das atividades do GCF; (3) Redigir o Plano de Ação Conjunta e Relatório de Progresso; (4) intermediação entre ONGs e outros atores, em nome do GCF; (5) auxiliar na coordenação e envolvimento com a comunidade de política de REDD em geral e (6) manter o GCF informado sobre questões relevantes nos debates de políticas de REDD em geral que poderiam impactar o processo dos MOU. No desempenho das suas responsabilidades, o Dr. Boyd também conta com a assistência do pessoal no Centro de Energia e Segurança Ambiental da Faculdade de Direito da Universidade do Colorado.

O Consultor de Protocolo Florestal é John Nickerson, por parte da Climate Action Reserve (CAR) [Reserva de Ação Climática]. Ele presta assistência técnica sobre normas em nível de projeto, necessárias para avançar em direção ao carbono florestal com grau de conformidade nos estados/províncias do MOU. Como parte das suas responsabilidades, o Senhor Nickerson está preparando um Relatório de Avaliação de Protocolo para análise na segunda reunião do GCF, em setembro de 2009.

Pode ser necessário apoio técnico adicional para as atividades do GCF à medida que as atividades de implementação prossigam. O GCF está empenhado em obter apoio financeiro adicional para estas atividades, quando necessário.

IV. Facilitação da Participação de ONGs e Atores

O segundo objetivo do Plano de Ação Conjunta na reunião de Belém é de estabelecer um processo para facilitar a participação das ONGs e atores no processo de implementação do MOU durante 2009 e 2010. Na reunião de 18-19 de junho de 2009, em Belém, foi determinado que o principal modo formal para participação das ONGs e atores nas atividades do GCF será por meio de três grupos de trabalho estabelecidos na reunião.

As províncias/estados identificaram atores específicos para a participação na reunião de Belém e atividades de continuação dos trabalhos (consulte a Tabela 2). Contudo, a reunião foi expandida para incluir ONGs adicionais identificadas como importantes para alcançar os objetivos dos MOU. Espera-se que a lista de ONGs/atores se expanda ainda mais para a etapa GCF/ONG da reunião de setembro de 2009 do GCF na Califórnia.

Tabela 2. Principais representantes de ONGs e atores

ESTADO/ PROVÍNCIA	ONGS DESIGNADAS	CONTATO(S) PRINCIPAL(AIS)
Amapá (1), (2)	(1) The Nature Conservancy - Brasil	(1) Ana Cristina Barros (Amapá): acbarros@tnc.org; Miguel Calmon: mcalmon@tnc.org (Pará); Edenise Garcia: egarcia@tnc.org (Mato Grosso)
Amazonas (3), (4)	(2) Conservação Internacional-Brasil	(2) Paulo Gustavo do Prado Pereira: pprado@conservacao.org
Mato Grosso (1), (5)	(3) Fundação Amazonas Sustentável – FAS (Amazonas Sustainable Foundation)	(3) Virgílio Maurício Viana; email: virgilio.viana@fas-amazonas.org
Pará	(4) Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – IDESAM (Institute for Conservation and Sustainable Development of Amazonas)	(4) Mariano Colini Cenamo; e-mail: mariano@idesam.org.br
Acre (6), (7)	(5) ICV, Instituto Centro da Vida	(5) Laurent Micol; laurent.micol@icv.org.br
	(6) WWF-Brasil	(6) Anthony Anderson (especialista em florestas e clima): anthony@wwf.org.br & Carlos Scaramuzza (diretor)
	(7) PESACRE – Grupo de Pesquisa e Educação Agroflorestal do Acre	(7) Eduardo Borges (diretor)
	(8) IPAM	(8) Paulo Moutinho
	(9) Aliança da Terra	(9) John Carter
Aceh	(1) Ulu Masen – Fauna & Flora Int'l (FFI)	(1) Matt Linkie
Papua	(2) Leuser – Leuser Int'l Foundation (LIF); PanEco; Leuser Ecosystem Foundation (YEL)	(2) a ser determinado (3) Frank Momberg; frank.momberg.ffi@gmail.com; +628121104723
Califórnia	The Nature Conservancy	(1) Louis Bloomberg: lbloomberg@tnc.org
Illinois	Conservation International	(2) Toby Jansen-Smith
Wisconsin	Environmental Defense Fund	(3) Steve Schwarzman: sswartzman@edf.org; Derek Walker: dbwalker@edf.org
	(4) Forest Trends	(4) Michael Jenkins: mjenkins@forest-trends.org

A expectativa é que os participantes dos EUA nos grupos de trabalho e em outras atividades do GCF financiarão a sua participação através de seus orçamentos existentes ou através de esforços específicos de arrecadação de fundos. Um financiamento limitado, oriundo dos subsídios cedidos pela Fundação Moore e Packard está disponível para que grupos de trabalho e participantes brasileiros e indonésios possam comparecer às reuniões do GCF em 2009.

O GCF vai solicitar às ONGs e outros atores que forneçam contribuições ao GCF sobre as principais preocupações dos atores; assistência técnica nas questões de implementação e apoio logístico para as reuniões do GCF. À medida que a adesão aos grupos de trabalho tome forma, o GCF vai iniciar forças-tarefas para as questões técnicas mais importantes, e para questões específicas de estados/ províncias (como o desenvolvimento de estratégias estaduais de REDD).

As ONGs e outros atores também podem ser chamados para ajudar a contribuir com os esforços dos governos estaduais/provinciais brasileiros e indonésios, informando sobre esforços de formulação de normas em curso na Califórnia e nos Estados Unidos, ajudar a levar investimentos do setor privado para ações piloto de carbono florestal, e ajudar na elaboração de padrões e estruturas para priorizar atividades que gerem benefícios adicionais além do carbono, incluindo os meios de subsistência locais, a água, a biodiversidade, bem como adaptação às alterações climáticas.

V. Implementação das Disposições para o Setor Florestal do MOU (2009-2010)

O terceiro objetivo do Plano de Ação Conjunta é dar início à implementação das disposições do MOU para o setor florestal. Os esforços durante 2009-2010 serão concentrados no desenvolvimento de recomendações referentes à infraestrutura regulatória e institucional necessária para gerar compensações com grau de conformidade de REDD e outras atividades internacionais de carbono florestal no Brasil e na Indonésia (e em outros países que possuem florestas tropicais) que poderiam ser consideradas para reconhecimento nos sistemas de conformidade emergentes nos Estados Unidos e em outros países. Desta maneira, a atenção será dirigida ao atual processo de formulação de normas AB 32 da Califórnia (descrito no Apêndice 2), que deve ser concluído até ao final de 2010, bem como à outros esforços relevantes estaduais e regionais de conformidade de GEE nos Estados Unidos, como a Western Climate Initiative (Iniciativa Climática dos Estados e Províncias da Região Oeste) e o Midwest

Greenhouse Gas Accord (Acordo do Gás de Efeito Estufa do Meio-Oeste) (que inclui os estados de Illinois e Wisconsin), e, em última instância, os esforços federais para desenvolver um sistema de conformidade de GEE abrangente para os Estados Unidos. A aceitação de quaisquer compensações de carbono em qualquer sistema de conformidade no GEE estará sujeito à análise completa e aprovação das autoridades relevantes em cada sistema de conformidade.

Como os esforços regionais e estaduais dos Estados Unidos provavelmente serão incluídos em um futuro programa federal, é sumamente importante que os esforços de implementação dos MOU procedam de maneira que comporte as características gerais do sistema federal emergente. Da mesma forma, as atividades no Brasil e Indonésia serão instruídas pelos esforços nacionais. Por exemplo, em dezembro de 2008, o Brasil lançou o seu Plano Nacional de Mudança Climática, que se compromete a reduzir a taxa de desmatamento no Brasil em 70% (em comparação com a linha de base da taxa de desmatamento de 1996-2005) dentro de 10 anos e criou o Fundo Amazônia como um mecanismo para apoiar estas atividades por meio de contribuições voluntárias, o que evoluirá para uma plataforma de cooperação sobre REDD entre os vários Estados. A Indonésia finalizou a sua regulamentação nacional de REDD, a Regulamentação P.30/Menhut-II/2009 sobre Procedimentos de Redução das Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal, no dia 01 de maio de 2009, estabelecendo assim o primeiro regime legal nacional no mundo para a implementação de projetos de REDD e para a emissão de créditos de carbono para quaisquer reduções resultantes. Isto foi imediatamente seguido por outra Regulamentação do Ministério Florestal, P.36/Menhut-II/2009, que se acredita ser a primeira regulamentação de distribuição de lucros do mundo regulando projetos de carbono florestal. A mecânica destas regulamentações e o seu efeito sobre as atividades subnacionais serão esclarecidos em regulamentações e implementações futuras. Finalmente, devido ao fato que a REDD provavelmente será incluída no acordo internacional de mudança climática pós 2012, os Estados e Províncias que integram o GCF estão comprometidos em proceder de maneira compatível com esses esforços, com especial atenção ao trabalho metodológico e a inclusão de atividades subnacionais.

Baseado na contribuição de cada um dos estados/províncias do GCF, o Apêndice 2 contém um resumo detalhado das leis, regulamentos e estratégias existentes relacionadas à REDD e ao carbono florestal nos estados/províncias do GCF, bem como uma breve descrição dos vários projetos de REDD em curso no Brasil e na Indonésia. Tal como evidenciado pelos resumos no Apêndice 2 e Tabela 2 acima, as atividades de REDD nos estados do GCF variam consideravelmente, e cada estado/ província tem o seu próprio conjunto distinto de capacidades e necessidades relativas às atividades de REDD.

As atividades de implementação do setor florestal para 2009-2010 irão, portanto, se centrar em três áreas substantivas, as quais estão apresentadas em mais detalhes abaixo:

- (1) Padrões e Critérios em nível de Projeto: padrões e critérios para atividades de REDD com grau conformidade em nível de projeto, ou em níveis específicos *in situ*;
- (2) Coordenação e Contabilização: Mecanismos de coordenação e sistemas de contabilização, incluindo opções

de concessão de créditos, para garantir que as atividades de REDD sejam devidamente contabilizadas e recebam créditos nos níveis Estaduais / provinciais e/ou nacionais coordenados com estratégias estaduais / provinciais e nacionais de REDD e em conformidade com os requisitos para participação local e divisão de benefícios e;

- (3) Levantamento de Necessidades: Levantamento de necessidades técnicas, institucionais e jurídicas necessárias para gerar atividades de REDD com grau de conformidade nos estados/ províncias do MOU.

Na reunião do GCF em Belém, o GCF estabeleceu grupos de trabalho compostos por funcionários dos estados/províncias integrantes do GCF, principais membros da comunidade de ONGs e atores, e outros especialistas relevantes em cada uma destas três áreas. O grupo de trabalho de Levantamento de Necessidades provavelmente terá forças-tarefas separadas concentrando-se individualmente nos estados/ províncias do GCF. Estes grupos de trabalho irão apresentar um relatório ao GCF na reunião de setembro 2009 na Califórnia e periodicamente a partir de então.

Conforme discutido na introdução, este Plano de Ação Conjunta é baseado na premissa de que os regimes de conformidade subnacionais e nacionais emergentes nos Estados Unidos muito provavelmente não aceitarão créditos de compensação de projetos independentes de REDD no Brasil ou na Indonésia. De modo que, as atividades de REDD nestes países (e por extensão, nos estados do Brasil e nas províncias da Indonésia signatários dos MOU) provavelmente precisarão estar inseridas dentro dos sistemas de contabilização estaduais, regionais e nacionais.

Além disso, apesar da proliferação de projetos direcionados aos mercados voluntários e a concomitante diversidade de padrões e critérios para tais atividades, é improvável que os regimes de conformidade subnacionais e nacionais nos Estados Unidos simplesmente adotem os padrões existentes a partir dos mercados voluntários. Ao mesmo tempo, as províncias/ estados do GCF afirmam reconhecer o importante trabalho que tem sido feito para desenvolver e aplicar padrões e protocolos, tais como o *Voluntary Carbon Standard* (VCS) [Padrão de Carbono Voluntário] e os *Climate, Community & Biodiversity Standards* (CCBS) [Padrões Comunitários, Climáticos e de Biodiversidade] e o *Climate Action Reserve Forest Protocol* (Protocolo Florestal da Reserva de Ações Climáticas) e fará de tudo para aprender com eles e adaptar estes padrões ao contexto de conformidade e incluí-los como parte de uma transição a um trabalho em escala nacional e subnacional.

Baseado no seu trabalho durante 2009-2010, o GCF irá gerar recomendações sobre padrões/ critérios e sistemas de contabilização para serem consideradas para inclusão no processo de regulamentação AB 32 da Califórnia e em outros esforços regulatórios estaduais, regionais e nacionais. O cronograma do processo AB 32 e outras relevantes formulações de normas nos EUA estão detalhados no Apêndice 2. Em resumo, o ARB está atualmente desenvolvendo regras de compensação, que devem ser finalizadas até o término de 2010.

A. Padrões e Critérios em nível de Projeto

A fim de garantir que as atividades de REDD no Brasil e na Indonésia atendam os requisitos do artigo 2(b) dos MOU, os critérios devem ser claramente definidos e as qualidades desejadas para os padrões claramente identificadas. Além disso, os critérios e padrões precisam ser conciliados com os mecanismos de conformidade estabelecidos por cada parte. Para tanto, durante 2009 e 2010, o GCF, por meio do trabalho do Consultor de Protocolo, John Nickerson, e do Grupo de Trabalho sobre Padrões e Critérios, dirigido por Ernesto Roessing (Amazonas)¹² vai empreender as seguintes atividades:

1. **Identificar os critérios de elegibilidade para Atividades em nível de Projeto.** Uma lista de critérios de elegibilidade para atividades em nível de projeto serão desenvolvidas e definidas. Os quais irão incluir temas centrais tais como elegibilidade, adicionalidade, efeitos secundários, medição, permanência, monitoramento

12 Os outros membros do Grupo de Trabalho de Padrões e Critérios são: Aceh; Acre; Amapá; Califórnia; Illinois; Mato Grosso; Wisconsin; e representantes das ONGs Fundação para a Amazônia Sustentável (FAS), Center for Clean Air Policy, Conservation International (U.S.), Environmental Defense Fund, Instituto para Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM), Instituto para Pesquisas Ambientais da Amazônia (IPAM), The Nature Conservancy (nos Estados Unidos e Brasil), e o World Wildlife Fund (Brasil). O Escopo de Trabalho para este Grupo de Trabalho está no Apêndice 4.

e verificação, e co-benefícios do projeto. Cada tópico será definido e as qualidades desejadas para os padrões serão listadas à medida que elas se relacionam com a contabilização do projeto. As qualidades desejadas para os padrões serão desenvolvidos com base na necessidade de atender os requisitos de mecanismos de conformidade existentes utilizados por cada parte. Uma primeira minuta da Matriz de Padrões e Critérios está incluída no Apêndice 4 deste Plano de Ação Conjunta.

2. **Padronizar os vários Projetos.** Enquanto os projetos de carbono florestal nos Estados Unidos são todos baseados em suas respectivas áreas, os projetos de REDD no Brasil e na Indonésia podem ser de uma escala bem maior, e vinculada a uma política, programa ou setor. Muitos têm fronteiras geográficas específicas, contudo questões relacionadas à propriedade ainda estão sendo debatidas pelas autoridades nacionais. Existem desafios significativos para conciliar atividades de REDD em nível de projeto através das regiões, com outros esforços internacionais e com os mercados voluntários atuais e mercados de conformidade emergentes. Estes desafios serão avaliados para demonstrar como e onde abordagens padronizadas podem ser utilizadas e quais questões precisam ser resolvidas para permitir o desenvolvimento de produtos de carbono florestal fungíveis.
3. **Avaliar a Aplicabilidade dos Padrões e Critérios Existentes.** A Matriz dos Padrões e Critérios (Apêndice 4), será comparada aos protocolos e padrões de carbono florestal existentes para atividades relacionadas à REDD. Isto proporcionará uma base sobre a qual o Relatório de Avaliação de Protocolo poderá determinar a forma como estes protocolos e padrões podem ser utilizados no contexto do MOU e quais, se for o caso, modificações seriam necessárias. A lista inicial de protocolos e padrões existentes para a avaliação inclui:
 - a. *Voluntary Carbon Standard (VCS)* [Padrão de Carbono Voluntário]: As normas do Padrão de Carbono Voluntário (VCS – www.v-c-s.org) na agricultura e silvicultura (AFOLU), lançadas em novembro de 2008, resultaram de um processo de desenvolvimento de dois anos, incluindo formulação pelos principais especialistas, revisão pelos pares, e consulta aos atores. O VCS estabeleceu-se como o padrão preeminente de contabilização de carbono para projetos de REDD e está sendo, ou planeja ser utilizado por todos os grandes projetos de REDD em todo o mundo, inclusive no Brasil e na Indonésia. Além disso, o VCS abrange todas as atividades florestais, incluídas nos MOU - REDD, restauração, reflorestamento e manejo florestal melhorado - que permite a criação de créditos de carbono fungíveis, independentemente da atividade florestal, que os gera. O VCS usa uma abordagem de áreas de estoque de amortecimento para lidar com riscos de projeto e assegurar a permanência de créditos de carbono emitidos.
 - b. *The Climate, Community & Biodiversity Standards (CCBS)* [Padrões Climáticos, Comunitários e de Biodiversidade]: Os Padrões Climáticos, Comunitários e de Biodiversidade (CCBS – www.climate-standards.org) concentram-se na arquitetura de projetos e nos benefícios sociais e de biodiversidade mais abrangentes destes projetos. Para projetos de REDD, eles são tipicamente aplicados em conjunto com o VCS, que se concentra somente na qualidade das reduções das emissões ou sequestro gerados por projetos de carbono florestal. Cerca de 100 projetos estão utilizando o CCBS, incluindo todos os grandes projetos de carbono florestal no Brasil e na Indonésia. O CCBS pode ser usado para garantir que apenas os projetos de carbono florestal que beneficiem as comunidades locais e a conservação da biodiversidade se qualifiquem para receber créditos.
 - c. *Climate Action Reserve Forest Protocol* [Protocolo Florestal da Reserva de Ações Climáticas]: O *Climate Action Reserve Forest Protocol* (CAR) (www.climateactionreserve.org), que se aplica a projetos de compensação de carbono florestal na Califórnia, foi desenvolvido em estreita colaboração com o Conselho de Recursos Atmosféricos da Califórnia (California Air Resources Board) e um processo

de consulta a vários atores. O protocolo usa métodos padronizados para determinação, medições e verificações de linhas de base, e desenvolveu uma abordagem para administrar a permanência de compensações de carbono florestal através uma área de estoque de amortecimento padronizada com base no risco de cada projeto e requisito de acordo contratual entre o dono da floresta e a *Climate Action Reserve* [Reserva de Ação Climática] que garantem que os benefícios climáticos sejam assegurados. O protocolo está agendado para ser considerado para a adoção pelo *Air Resources Board* [Conselho de Recursos Atmosféricos], em setembro de 2009. Embora o Protocolo tenha sido desenvolvido para projetos “domésticos” de compensação de carbono florestal na Califórnia, ele destaca questões importantes que precisarão ser consideradas no desenvolvimento de normas internacionais para compensações de carbono florestal sob a AB 32, Lei de Soluções para o Aquecimento Global da Califórnia.

4. **Avaliar uma seleção de atividades de projeto de REDD em andamento com abordagens padronizadas.** Após a elaborar um inventário dos padrões e critérios relevantes e a avaliar os padrões e protocolos existentes, uma seleção de atividades de projetos de REDD propostos e em andamento serão avaliadas com base nos padrões e critérios desejados, então serão desenvolvidas abordagens padronizadas que possam fornecer a base para as recomendações sobre formulação de normas elaboradas pelo GCF. Esta comparação, que incluirá uma análise em campo, irá fornecer uma contribuição importante com relação às lacunas específicas entre os projetos atuais e as exigências para geração de créditos de carbono florestal com grau de conformidade no futuro.
5. **Determinar o Contexto dos Projetos de REDD com Outros Tipos de Projetos.** Além da conciliação através das diferentes regiões e mercados, as atividades florestais de projetos de REDD e as reduções de emissões resultantes serão comparadas com outros tipos de projetos, tais como reflorestamento, florestamento e manejo florestal melhorado. Isto irá esclarecer as definições dos tipos de projetos e dar contexto para quaisquer diferenças perceptíveis nas reduções de emissões resultantes dos diferentes tipos de projetos.

B. Sistemas de Contabilização e Mecanismos de Coordenação

Além de satisfazer os critérios e padrões em nível projeto, as atividades de REDD capazes de serem reconhecidas em regimes de conformidade emergentes na Califórnia e nos Estados Unidos devem ser devidamente contabilizadas e receber créditos nos níveis estaduais e/ ou nacionais, de uma maneira que seja consistente em todas as diferentes jurisdições e que evite os problemas de dupla contagem à medida que os estados e as províncias forem em direção a contabilização em nível nacional. Como observado anteriormente, o *California ARB Scoping Plan* [Plano de Análise de Impacto do Conselho de Recursos Atmosféricos (ARB) da Califórnia] expressamente aprova o conceito de aceitar compensações “daquelas jurisdições que demonstrem desempenho... em reduzir as emissões ou melhorar o sequestro através de atividades florestais elegíveis de acordo com sistemas nacionais e subnacionais apropriados de contabilização.”¹³

Do mesmo modo, a legislação federal proposta nos EUA (especialmente a HR 2454), dispõe que compensações de atividades de REDD subnacionais no Brasil e na Indonésia serão premiadas com base no desempenho relativo a uma linha de base de desmatamento em nível estadual ou provincial, levando em conta as taxas históricas médias anuais de desmatamento durante um período de pelo menos cinco anos.¹⁴ A legislação proposta também requer que quaisquer atividades em nível estadual/ provincial sejam consistentes com compromissos ou ações adequadas de mitigação nacionalmente existentes. Existe também uma linguagem forte na legislação proposta nos EUA a respeito dos direitos,

13 California Air Resources Board [Conselho de Recursos Atmosféricos da Califórnia], *Climate Change Proposed Scoping Plan* [Plano Proposto de Análise de impactos da Mudança Climática] (Outubro de 2008; aprovado em Dezembro de 2008) no 38 e 115.

14 A legislação proposta expressamente estabelece “outros fatores”, que poderiam incluir emissões projetadas do desmatamento futuro, o que pode ser considerado ao estabelecer linhas de base de desmatamento em nível estadual ou provincial.

interesses e partilha de benefícios com as comunidades locais e povos indígenas. Finalmente, na sua forma atual, a legislação proposta diminui gradualmente a compensação destas atividades subnacionais cinco anos após o sistema de conformidade dos EUA entrar em vigor, a esta altura apenas as reduções em nível nacional do Brasil ou da Indonésia seriam admitidas como compensações em um sistema de conformidade dos EUA

Embora os detalhes destas disposições provavelmente mudem durante os próximos debates legislativos e regulatórios, as linhas gerais provavelmente sobreviverão. Assim, as atividades de REDD em nível de projeto que atendam aos padrões e critérios adequados terão também que ser inseridas dentro de sistemas de contabilização apropriados, para que sejam reconhecidas nos EUA. Da mesma maneira, mecanismos de coordenação terão que ser desenvolvidos para que se possa assegurar a consistência através das jurisdições e entre os níveis estaduais/ provinciais e nacionais, bem como proporcionar confiança suficiente de que os recursos obtidos com o carbono irão beneficiar as comunidades locais.

Consoante, além do seu trabalho sobre padrões e critérios em nível de projeto, o GCF e o Grupo de Trabalho sobre Sistemas de Contabilização e Mecanismos de Coordenação, dirigido por Jefferson de Castro (Mato Grosso) e com a assistência do Assessor do GCF William Boyd¹⁵ dedicará uma atenção significativa durante 2009 e 2010 ao desenvolvimento de sistemas adequados de contabilização e mecanismos de coordenação, incluindo opções de concessão de créditos para atividades em nível estadual e provincial.

O GCF está particularmente interessado em explorar possíveis modelos para cooperação entre vários estados ou regiões, tais como o Fundo Amazônia, no Brasil, que poderá evoluir para uma possível base de cooperação entre os estados brasileiros integrantes do GCF com relação à contabilização de REDD, bem como proporcionar um mecanismo institucional para distribuição da receita obtida com carbono de forma transparente e equitativa (consulte o Apêndice 5: Sistema Modelo de Coordenação de REDD). Durante 2009-2010, o GCF se concentrará em avaliar e melhorar os sistemas de contabilização e capacidades existentes nos Estados que integram o GCF e desenvolver mecanismos para coordenar as atividades de REDD em todos os vários níveis de governança.

1. Sistemas de Contabilização e Capacidades: As atividades do GCF dentro desta área se concentrarão em 4 áreas fundamentais:

- a. Inventário de Carbono Florestal e Capacidades de Monitoramento: Ao mesmo tempo em que há um consenso nas comunidades técnicas e de políticas de REDD de que as tecnologias de sensoriamento remoto existentes, combinadas com o levantamento de dados em campo podem fornecer informações suficientes sobre os estoques de carbono florestal e capacidades contínuas para monitorar o desmatamento em grandes áreas, estas capacidades não estão distribuídas de maneira uniforme e ainda não foram aplicadas no contexto da conformidade. Não obstante o grande entusiasmo pelas capacidades de sensoriamento remoto, há uma necessidade específica por capacidades de levantamento de dados em campo, que são consistentes com o *IPCC Good Practice Guidance for Land Use Change and Forests* [Orientações de Boas Práticas para o Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas do IPCC]. Durante 2009-2010, o GCF irá avaliar as capacidades existentes nos estados/ províncias do GCF para utilizar práticas de sensoriamento remoto e inventário de carbono florestal para o mapeamento do carbono florestal. O GCF também irá trabalhar com peritos técnicos para desenvolver uma plataforma transparente e fácil de usar para mapear as mudanças nos estoques de carbono florestal ao longo do tempo, de forma a permitir a contabilização rigorosa do carbono. O objetivo geral é desenvolver mapas de carbono florestal em nível estadual/ provincial que possam ser usados como base para o monitoramento de desempenho daqui para frente e que sejam compatíveis com esforços similares de mapeamento estaduais/ provinciais e/ ou nacionais.

¹⁵ Os outros membros do Grupo de Trabalho sobre Sistemas de contabilização e Mecanismos de Coordenação são: Amazonas; Califórnia; Illinois; Papua; e representantes de ONGs Defesa Ambiental, Forest Environmental Defense, Forest Trends, IPAM, and IDESAM. O escopo de trabalho para este grupo está no Apêndice 5.

- b. Linhas de Base e Cenários de Referência: Embora ainda haja muitos debates sobre o modo pelo qual as linhas de base e cenários de referência devam ser estabelecidas, com alguns favorecendo taxas históricas de desmatamento e outros favorecendo médias ou projeções futuras de desmatamento, o GCF analisará as abordagens existentes à luz dos requisitos em regimes de conformidade emergentes e desenvolverá recomendações para os estados/ províncias do GCF. O objetivo geral é desenvolver um conjunto de metodologias de linha de base que sejam flexíveis o suficiente para capturar as diferentes circunstâncias prevalentes nas diferentes jurisdições, e ao mesmo tempo, satisfazer as necessidades dos regimes de conformidade. Isso pode exigir, em alguns casos, o desenvolvimento de uma única linha de base compartilhada para vários estados.
 - c. Registros de Carbono Florestais: Contabilização em nível subnacional e/ou nacional para REDD (e outros carbonos florestais) exigirá o desenvolvimento de registros públicos para todas as atividades em nível de projeto (quer em nível estadual/provincial ou em nível regional e nacional). Esses registros deverão ser construídos sobre infra-estruturas existentes de Registro de GEE, com capacidade para rastrear todas as operações, aquisições, cancelamentos, e retirada dos créditos florestais de forma transparente e acessível ao público. O GCF irá avaliar as práticas existentes de Registro de GEE, compilar as lições relevantes, e facilitar o desenvolvimento de registros de carbono florestal nos estados/ províncias do MOU. Estas atividades terão de ser cuidadosamente coordenadas com quaisquer atividades de registro nacionais (ou internacionais), a fim de evitar dupla contagem, e deverão ser estruturadas de uma forma que permita que tais registros sejam integrados e conciliados com registros de GEE mais abrangentes no futuro. O objetivo geral é desenvolver um protótipo ou registro de carbono florestal modelo que possa ser usado nos diferentes estados/ províncias do GCF.
 - d. Verificação e Exigibilidade: Quaisquer compensações admitidas nos sistemas de conformidade subnacional ou nacional dos EUA terão de ser “verificadas” e “exigíveis”. Quando as reduções (ou sequestros) forem medidas em comparação com as linhas de base em nível estadual ou provincial, a verificação e a exigibilidade assumirão uma maior complexidade. O GCF irá explorar diferentes práticas para verificar as atividades de REDD no Brasil e na Indonésia, no contexto das reduções contabilizadas em níveis subnacionais e/ou nacionais, incluindo as possibilidades de combinar a certificação de terceiros, e a verificação de atividades em nível de projeto com indicadores de desempenho em nível subnacional. Além disso, a questão da exigibilidade com relação a créditos de compensação internacional terá de ser explorada cuidadosamente, com especial atenção à possibilidade de utilização de regras de responsabilização, instrumentos de seguro, áreas de estoque de amortecimento, e/ ou reservas de crédito como ferramentas para lidar com a questão da exigibilidade das compensações através das jurisdições.
2. **Mecanismos de Coordenação**: Consoante com o seu trabalho acerca dos sistemas de contabilização e capacidades, o GCF também irá se concentrar em 2009-2010, em várias questões de coordenação:
- a. Planejamento de REDD: O planejamento de REDD em nível subnacional ou nacional é um pré-requisito para uma coordenação apropriada das atividades de REDD, dentro e entre as diferentes jurisdições. Estes planos também são exigidos em certos sistemas emergentes de conformidade de GEE, tais como o proposto pela HR 2454 nos Estados Unidos. O processo dos MOU já está fornecendo um importante centro de informações com as diferentes abordagens de planejamento de REDD entre os diferentes estados/ províncias do GCF (ver Apêndice 2). Com base em abordagens existentes, o GCF trabalhará para desenvolver uma lista com as melhores práticas para o planejamento de REDD que possam ser utilizadas pelos estados e províncias do GCF, e que sejam consistentes com esforços mais amplos de planejamento de REDD em nível nacional. O GCF também considerará as instituições

regionais e programas, tais como o Fundo Amazônia, como modelos potenciais para a cooperação entre vários estados sobre planejamento de REDD.

- b. Receitas, Rastreamento e Distribuição de Carbono: Os estados e províncias do MOU estão comprometidos em desenvolver mecanismos equitativos, transparentes e contabilizáveis para rastrear e distribuir receitas de compensação de REDD dentro e através das jurisdições relevantes e para os atores pertinentes em campo. O GCF irá estudar uma série de modelos possíveis para assegurar o rastreamento correto das receitas e distribuição, incluindo as instituições regionais existentes, como o Fundo Amazônia (consulte o Apêndice 5: Sistema Modelo para Coordenação de REDD)
- c. Participação local e Sistemas de Partilha de Benefícios: a REDD não irá funcionar se não beneficiar comunidades que dependem da floresta. Os estados e províncias integrantes do GCF estão comprometidos com a perspectiva de que todas as atividades de REDD devem ser baseadas na participação ativa das comunidades locais e que os pagamentos para atividades de REDD devem ir, em primeiro lugar, para estas comunidades. Com base no importante trabalho de desenvolvimento de atividades de REDD, já em andamento nos estados brasileiros do Amazonas, Acre e Mato Grosso e nas províncias indonésias de Aceh e Papua (ver Apêndice 2), que garantem a participação local e partilha benefícios, o GCF irá destilar as lições mais importantes e melhores práticas resultantes dessas atividades e desenvolver sistemas modelo para participação da comunidade e partilha de benefícios nas atividades de REDD. Tais esforços serão coordenados juntamente com esforços para desenvolver padrões e critérios em nível de projeto para produtos de REDD com grau de conformidade (consulte acima).

C. Avaliação de Necessidades

A tarefa final de implementação para o GCF durante 2009-2010, é levantamento das necessidades. Amplos debates entre os estados e províncias do GCF até o momento, juntamente com os esforços para inventariar as atividades de REDD em andamento em cada estado e província do GCF, deixou claro que existem necessidades técnicas, jurídicas e institucionais nos vários estados e províncias que integram o GCF que devem ser atendidas a fim de avançar em direção as atividades de REDD com grau conformidade. O apoio técnico para a contabilização de carbono florestal e o monitoramento é um exemplo, dado a falta generalizada de conhecimentos especializados e as limitadas alocações orçamentárias. Outra área que necessita maior desenvolvimento é a propriedade florestal, regularização fundiária e os direitos sobre o carbono, o que implica necessariamente em uma estreita coordenação com os governos nacionais. A verificação e a exigibilidade são também áreas importantes que necessitam atenção significativa nos esforços de desenvolver atividades de REDD com grau de conformidade. O GCF e o Grupo de Trabalho de Levantamento de Necessidades, co-dirigido por LeRoy Hollenbeck (Aceh) e Luis Meneses (Acre), com consultores a serem determinados, estão empenhados em realizar um levantamento das necessidades de cada estado e província do GCF, talvez como parte do planejamento de REDD, e para desenvolver uma estratégia para garantir o apoio financeiro e assistência técnica para atender estas necessidades.¹⁶ Como observado acima, o grupo de trabalho de Levantamento de Necessidades será dividido em forças-tarefas distintas para cada um dos estados e províncias do MOU, a fim de facilitar este processo.

¹⁶ O Grupo de Trabalho de Levantamento de Necessidades também inclui representantes de cada um dos outros membros GCF (Amapá, Amazonas, Califórnia, Illinois, Mato Grosso, Papua, Pará, Wisconsin), bem como os representantes da ONG, incluindo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAIZON), Instituto Centro da Vida (ICV), e o The Nature Conservancy (TNC).

VI. Conclusões

Os esforços para estabilizar a composição da atmosfera em um nível prudente não lograrão sucesso sem a REDD, um fato que é mais e mais evidente em discussões de política climática em vários níveis. Além disso, por causa das ameaças contínuas que pairam sobre as florestas tropicais, a oportunidade de alcançar reduções significativas de emissões através de atividades de REDD não irá durar muito tempo. Os esforços de implementação das disposições para o setor florestal do MOU representam assim, uma oportunidade histórica de levar a discussão atual acerca de política de REDD a uma fase de “validação de conceito” através do desenvolvimento das normas para atividades de REDD com grau de conformidade. Os estados e províncias do GCF estão bem conscientes dos muitos desafios envolvidos em tais esforços e estão comprometidos a trabalhar juntos para concretizar os objetivos das disposições para o setor florestal do MOU. Para tanto, este Plano de Ação Conjunta define um conjunto ambicioso de atividades para implementar as disposições para o setor florestal do MOU em 2009 e 2010, com o objetivo final de desenvolver sistemas e mecanismos executáveis para gerar produtos com grau de conformidade de REDD e de outras atividades de carbono florestal no Brasil e na Indonésia e trazer tais produtos para regimes de conformidade existentes e emergentes nos Estados Unidos e em outros lugares. O Plano de Ação Conjunta pretende ser um documento vivo, dinâmico que terá emendas e suplementos conforme for necessário para refletir futuras atividades dos estados e províncias do GCF à medida que eles trabalham juntos para tornar a REDD uma parte significativa dos esforços de mitigação climática.

